

No governo, oposição também resiste a CPIs

Argumentos contra apuração de denúncias não são diferentes dos usados por aliados

ANDRÉA PORTELLA

De um lado e de outro, na direita ou na esquerda, os argumentos acabam sendo sempre os mesmos: as CPIs transformam-se em palanques, têm cunho exclusivamente político, os argumentos são frágeis, falta um fato determinado. Autores do pedido de criação da CPI da Corrupção, muitas vezes os partidos de oposição estão do outro lado, tentando frear investigações nos seus governos.

Em *Belo Horizonte*, por exemplo, a briga na Câmara Municipal é por três assinaturas. A capital mineira é administrada pelo prefeito Célio de Castro (sem partido), que era filiado ao PSB. A base do governo tem 30 dos 37 vereadores da cidade.

O líder da oposição, José Lincoln Magalhães (PSDB), conta que há três meses tenta ampliar as adesões ao requerimento da CPI da BH Trans, de 10 para 13 assinaturas. A comissão, explica o vereador, analisaria supostas contratações sem licitação e desvios de recursos das multas na empresa municipal de transportes.

“Eu tenho ido ao microfone da Câmara pedir coerência”, diz o vereador. “Constantemente, eles (*os vereadores da situação*) vão lá defender a CPI em Brasília e criticar o governo federal.” Magalhães reclama que não consegue nem sequer aprovar pedidos de informações na Casa.

O líder do governo na Câmara de Belo Horizonte, Tarcísio Caixeta (PSB), acusa Magalhães de estar apenas tentando “ocupar espaço”. “Ele vive ‘requentando’ esse assunto. Todo ano, no primeiro dia do mandato, ele pede a extinção da empresa e a CPI da BH Trans.” Caixeta garante que a prefeitura não está tentando evitar as investigações e até forneceu um relatório, de 200 páginas, com as informações que a oposição vem pedindo. “Isso acabaria virando palanque”, justifica.

Montadora – No governo do *Rio Grande do Sul*, o PT tentou, recentemente, barrar duas CPIs na Assembleia Legislativa. Lá, entretanto, as

comissões acabaram sendo aprovadas porque o governador Olívio Dutra (PT) não tem maioria: a base governista é formada apenas por 12 dos 55 deputados.

Em 1999, quando a montadora Ford decidiu instalar-se na Bahia e não mais no Rio Grande do Sul, a oposição conseguiu criar a CPI da Perda da Ford. O argumento era que o Estado havia “desperdiçado” a empresa pelo fato de não ter pago o contrato acertado pelo ex-governador Antônio Brito (PMDB), desrespeitando a lei.

“O governo sempre procurou caracterizar essa CPI dentro do contexto da retaliação política”, relembra o deputado Otomar Vivian (PPB), que presidiu a comissão. “Eles diziam que nós (*a oposição*) não havíamos descido do palanque.” Isso porque o “desentendimento” ocorreu pouco depois das eleições para o governo estadual.

O líder do governo gaúcho na Assembleia, Ivar Pavan (PT), acha que o argumento desse pedido de CPI era frágil e justificava a “resistência”. “O objetivo era só des-

gastar o governo ideologicamente”, avalia.

Pavan raciocina do mesmo modo quando se fala na CPI da Segurança Pública, que está em andamento desde abril.

“Não há denún-

cia, são só reivindicações sindicais. É uma CPI contra nossa política de segurança.” Mais uma vez, entretanto, Dutra foi derrotado pela falta de maioria parlamentar.

Lixo – A capital paulista também tem um episódio semelhante a esses. A administração petista em *São Paulo*, depois de meses de discussão, conseguiu adiar para o segundo semestre a criação da CPI do Lixo. Os governistas eram acusados pela oposição de tentativa de obstrução na Câmara. Depois, a bancada do PT passou a apoiar uma comissão que investigue todos os contratos de limpeza das últimas gestões municipais.

A prefeita Marta Suplicy contratou, emergencialmente, sem licitação, algumas das empresas que prestavam serviços de coleta de lixo na administração anterior, de Celso Pitta, e estão sendo investigadas pelo Ministério Público Estadual. Algumas delas, como a Vega e a Interpa, já foram condenadas. (Colaborou Evaldo Magalhães)

MARTA
CONSEGUIU
ADIAR DEBATE
SOBRE LIXO